



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

247

TJPE

Fls. 102

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 95053-8 - 18ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
APELANTES: ALDEMILSON MENDES DA SILVA e ELIZABETH VARJAL CARNEIRO  
LEÃO MENDES DA SILVA  
APELADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA IMOBIL LTDA.

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. MEDIDA CAUTELAR. PRETENSÃO PARA SUSPENDER OS EFEITOS DE INTERPELAÇÃO JUDICIAL QUE CONSTITUIU OS APELANTES EM MORA. IMPOSSIBILIDADE. CRIAÇÃO DE ÓBICE INJUSTIFICADO AO DIREITO DE AÇÃO. NEGADO PROVIMENTO.

- Não é possível suspender os efeitos da interpelação judicial que constituiu os Apelantes em mora, ao argumento de que a construtora estaria obrigada a devolução prévia das parcelas pagas pelos Promitentes Compradores.

- Óbice injustificado ao direito de ação, decorrente de pleito desprovido de fundamentação.

- Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, em

14/12/09

*efarm*

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes  
Relator

*18m*

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 95053-8 - 18ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
APELANTES: ALDEMILSON MENDES DA SILVA e ELIZABETH VARJAL CARNEIRO  
LEÃO MENDES DA SILVA  
APELADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA IMOBIL LTDA.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Apelação contra sentença que *indeferiu a petição inicial* da Medida Cautelar Preparatória ajuizada pelos Apelantes (fls. 48/49), por meio da qual objetivavam suspender os efeitos da interpelação judicial que os constituiu em mora, de modo a proibir que a construtora transferisse o domínio do imóvel antes de lhes devolver os valores pagos.

Em brevíssimo arrazoadado (fls. 51/54), sustentam os Apelantes não ser o pleito *inconstitucional*, tal qual declarado na sentença, pelo fato de terem indicado a ação principal a ser proposta; e, de igual forma, por estarem *impugnando* a forma de rescisão contratual *imposta unilateralmente*.

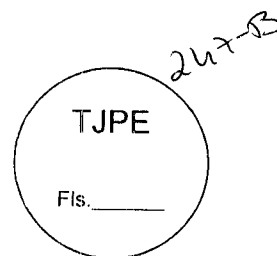
O Juízo manteve a decisão pelos seus próprios fundamentos (fls. 57), manifestando-se sobre o apelo, a teor do que dispõe a regra do art. 296<sup>1</sup>, do CPC.

É o relatório, no essencial.

<sup>1</sup> Art. 296. *Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Inclua-se em pauta, independentemente de revisão, nos termos do art. 76, p.u., do RITJPE.

Outrossim, observe a Diretoria Cível o impedimento do Des. Adalberto de Oliveira Melo para participar do julgamento, em face de ter proferido a sentença atacada, nos termos do art. 134, III<sup>2</sup>, do CPC.

Recife,

26/10/09  
JF Saraiva

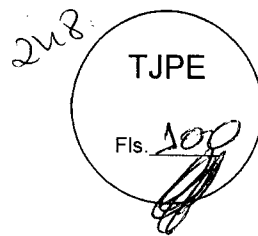
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

<sup>2</sup> Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:  
I e II – Omissis;  
III - que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 95053-8 - 18ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
APELANTES: ALDEMILSON MENDES DA SILVA e ELIZABETH VARJAL CARNEIRO  
LEÃO MENDES DA SILVA  
APELADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA IMOBIL LTDA.

V O T O

Trata-se de Apelação (fls. 51/54) contra sentença que indeferiu a petição inicial por conter pedido inconstitucional (fls. 49), consubstanciado na pretensão de suspender os efeitos da interpelação judicial promovida pela Apelada para constituir em mora os Apelantes - relativamente ao imóvel 1402 do Edifício São Francisco de Assis -, de modo a impossibilitar a alienação fiduciária do imóvel antes da devolução das parcelas pagas.

De logo, registro a possibilidade de imediato julgamento por este Tribunal, por versar a lide apenas sobre questão de direito, incidindo ao caso a regra do art. 515, §3º<sup>3</sup>, do CPC.

Pois bem.

Sem maiores delongas, não é possível a imposição de uma condição à Apelada, que a proíba de ingressar com a ação competente para minimizar os prejuízos causados pelos Apelantes, os quais tornaram-se inadimplentes em relação ao parcelamento do imóvel sub judice.

<sup>3</sup> Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§ 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

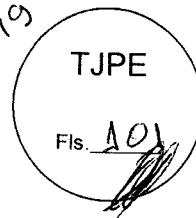
§ 2º Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

249



ordenamento positivo do Estado, não se confundindo, por isso mesmo, com o ato estatal de produção normativa. Em uma palavra: o exercício de interpretação da Constituição e dos textos legais - por caracterizar atividade típica dos Juízes e Tribunais - não importa em usurpação das atribuições normativas dos demais Poderes da República. Precedente. O DESACOLHIMENTO JUDICIAL DA PRETENSÃO JURÍDICA DEDUZIDA PELA PARTE NÃO CONSTITUI RECUSA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. - A decisão contrária ao interesse ou ao direito de quem sucumbiu em juízo não caracteriza ato denegatório da prestação jurisdiccional devida pelo Estado. Precedentes. A falta de adequado exame das questões de fato e de direito, quando ocorrente, configurará nulidade de caráter formal, não traduzindo, contudo, recusa de jurisdição. Precedente. DIREITO DE PETIÇÃO E DIREITO DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. - O direito de petição, fundado no art. 5º, XXXIV, a, da Constituição não pode ser invocado, genericamente, para exonerar qualquer dos sujeitos processuais do dever de observar as exigências que condicionam o exercício do direito de ação, pois, tratando-se de controvérsia judicial, cumpre respeitar os pressupostos e os requisitos fixados pela legislação processual comum. A mera invocação do direito de petição, por si só, não basta para assegurar à parte interessada o acolhimento da pretensão que deduziu em sede recursal. Precedentes. RAZÕES DE ESTADO E INTEGRIDADE DA ORDEM CONSTITUCIONAL. Razões de Estado - que muitas vezes configuram fundamentos políticos destinados a justificar, pragmaticamente, ex parte principis, a inaceitável adoção de medidas que frustram a plena eficácia da ordem constitucional, comprometendo-a em sua integridade e desrespeitando-a em sua autoridade - não se legitimam como argumento idôneo de sustentação da pretensão jurídica do Poder Público. Precedentes. (AI 258867 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 26/09/2000, DJ 02-02-2001 PP-00077 EMENT VOL-02017-06 PP-01134). (g.n.).

.....  
Isto posto, NEGO PROVIMENTO ao apelo, mantendo incólume a sentença.

É como voto.

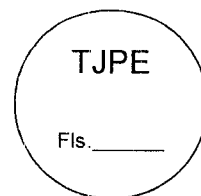
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Ora, não se está suprimindo o direito dos Apelantes em receber a restituição dos valores pagos - de acordo com as cláusulas contratuais pactuadas -, mas, tão somente, proibindo a imposição da devolução como condição para a desocupação do imóvel.

Tal fato, como bem asseverado pelo Magistrado, constituiria uma vedação ao ingresso da demanda perante o Judiciário, o que seria inadmissível.

Neste sentido, é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. verbis:

.....

*E M E N T A: RECURSO DE AGRAVO - RECURSO EXTRAORDINÁRIO CORRETAMENTE DENEGADO NA ORIGEM - FGTS - CORREÇÃO MONETÁRIA - HIPÓTESE DE OFENSA REFLEXA - INADMISSIBILIDADE DO APELO EXTREMO - PETIÇÃO RECURSAL PADRONIZADA QUE IMPUGNA, DE MANEIRA GENÉRICA, A DECISÃO DO RELATOR - NECESSIDADE DO EXAME DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO - INOCORRÊNCIA DESSE EXAME - AGRAVO IMPROVIDO. O RECURSO DE AGRAVO DEVE IMPUGNAR, ESPECIFICADAMENTE, TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. - O recurso de agravo a que se referem os arts. 545 e 557, § 1º, ambos do CPC, na redação dada pela Lei nº 9.756/98, deve infirmar todos os fundamentos jurídicos em que se assenta a decisão agravada. O descumprimento dessa obrigação processual, por parte do recorrente, torna inviável o recurso de agravo por ele interposto. Precedentes. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - OFENSA REFLEXA - INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. - A alegação de ofensa ao princípio da legalidade não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. É que a interpretação judicial de normas legais - por situar-se e projetar-se no âmbito infraconstitucional - culmina por exaurir-se no plano estrito do contencioso de mera legalidade, desautorizando, em consequência, a utilização do apelo extremo. Precedentes. O Supremo Tribunal Federal tem acentuado que o procedimento hermenêutico do Tribunal inferior - que, ao examinar o quadro normativo positivado pelo Estado, dele extrai a interpretação dos diversos diplomas legais que o compõem, para, em razão da inteligência e do sentido exegético que lhes der, obter os elementos necessários à exata composição da lide - não transgride, diretamente, o princípio da legalidade. Precedentes. A INTERPRETAÇÃO DO ORDENAMENTO POSITIVO NÃO SE CONFUNDE COM O PROCESSO DE PRODUÇÃO NORMATIVA. - O ordenamento normativo nada mais é senão a sua própria interpretação, notadamente quando a exegese das leis e da Constituição emanar do Poder Judiciário, cujos pronunciamentos qualificam-se pela nota da definitividade. A interpretação, qualquer que seja o método hermenêutico utilizado, tem por objetivo definir o sentido e esclarecer o alcance de determinado preceito inscrito no*